

## VI Simpósio Nacional de HISTÓRIA CULTURAL Escritas da História: Ver - Sentir - Narrar

## CAMINHOS PARA O PROGRESSO: SABERES E UTOPIAS URBANAS NO BRASIL PÓS-1950

Wesley Garcia Ribeiro Silva\*

Em 21 de Abril de 1960 era entregue ao Brasil não apenas a sua nova capital, Brasília. O que se operava também era uma nova imagem, um modelo que passava a incorporar o imaginário de uma época, em que a partir do ideário desenvolvimentista o Brasil finalmente poderia trilhar seu rumo em direção ao progresso.

Um futuro em que a nação deveria superar sua condição agrícola, pautando-se pela temática da modernização, termo que também significava as práticas de urbanização do país. O mito de Brasília se colocava, portanto, como projeto e realização de uma nação.

Cidade real, construída para ser a nova capital, Brasília vai se inserindo também como uma cidade imaginada, uma representação a ser consumida pelas elites dirigentes do período, como referência de uma nova sociedade em formação, e que seria concretizada a partir da aplicação racional e planejada dos saberes de arquitetos e urbanistas.

\* Doutorando em História – Universidade Federal Fluminense. Bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq.

ISBN: 978-85-98711-10-2

Assim, é também a partir desse processo de apropriação de mensagens difundidas no plano nacional, envolvendo a atribuição de significados a urbanização das cidades, do desenvolvimento, do planejamento, da integração nacional e tendo Brasília como modelo, com o compartilhamento de determinados horizontes de expectativas<sup>1</sup>, que vai se constituir a demanda e a confecção de um plano diretor para Natal.

Neste sentido, não só a construção de Brasília, mas a apropriação de sua imagem nas práticas de intervenção e planejamento urbano nas décadas de 1950 e 1960 se colocam como história de uma utopia.

A construção do *Plano Urbanístico e de Desenvolvimento de Natal* se ressente do movimento mais geral, traçado entre os anos de 1950-1970, da prática do planejamento urbano, em que grandes cidades brasileiras se utilizaram de planos e regulamentos no sentido de controlarem o crescimento das cidades. Diante do movimento de rápido crescimento e expansão das cidades neste período, em termos espaciais e de aglomerados populacionais, o Estado lança mão do planejamento urbano como tentativa de manter o controle sobre a paisagem citadina.

A acelerada urbanização pela qual o Brasil passou no período pós Segunda Guerra Mundial mobilizou a crescente inserção dos arquitetos no sentido de empregarem seus saberes para resolverem os problemas decorrentes deste processo. Era a eles que se encarregava os modos próprios de se planejar a cidade, no sentido de empreender o seu desenvolvimento. Neste sentido, além dos aspectos estritamente físico-territoriais, os aspectos socioeconômicos também faziam parte das preocupações do urbanista no momento de tratar a questão urbana.

O campo dos saberes que foram constituídos para atuação sobre a cidade (arquitetos, urbanistas, engenheiros) são requisitados agora não mais para modelar na urbanidade a feição moderna, regular e higiênica, como pretendia a elite natalense de sua *Belle époque*, mas sim no sentido de solucionar as "questões urbanas", os problemas suscitados pelo crescimento desordenado das cidades, de moradia, de transportes. É um movimento do século XX, o qual Natal e várias outras cidades do Brasil sofreram uma

<sup>1</sup> Cf.: LONH, Reinaldo Lindolfo. Limites da utopia: cidade e modernização no Brasil desenvolvimentista (Florianópolis, década de 1950). Revista Brasileira de História – Órgão oficial da Associação Nacional de História, São Paulo, v.27, n. 53, p.297-322, jan.- jun., 2007.

ISBN: 978-85-98711-10-2

mudança da abordagem do urbanismo ao planejamento urbano<sup>2</sup>. As transformações da rede urbana brasileira durante as décadas de 1940 e de 1950, bem como as dimensões físico-territoriais das cidades demandavam novos instrumentos urbanísticos.

Essas transformações nas formas de abordagem sobre as cidades também sofreram efeitos com a introdução de um novo discurso acadêmico sobre o urbano no Brasil, a partir da década de 1950. O fenômeno urbano passou então a ser motivo de reflexão universitária, a qual utilizava seus procedimentos metodológicos para o entendimento do processo em curso de massificação nas grandes cidades. Neste sentido, é construída uma nova representação sobre a urbanidade, que também se situa num ponto de clivagem em relação ao entendimento da cidade como espaço onde deveria se processar a construção da civilização e do progresso. Trata-se, a partir de então, de analisar os atores sociais dentro da cidade. As análises de sociólogos e antropólogos ganham peso no sentido do entendimento do fenômeno urbano, partindo de uma perspectiva que privilegiava as práticas sociais dos novos sujeitos que ingressavam e constituíam a paisagem urbana<sup>3</sup>.

Outro processo bastante significativo que interferiu no modo de se operar as construções sobre as cidades brasileiras a partir da Segunda Guerra Mundial foi a questão do planejamento econômico, visando o desenvolvimento. A partir do final da segunda guerra mundial, foram constituídas instituições no sentido de promover ações de planejamento econômico, como a Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), que atuavam como agências orientadoras do estado, delineando as ações governamentais no sentido de dar condições para inserção do capital privado, proporcionando o desenvolvimento das forças produtivas e, em conseqüência, da própria economia brasileira. O Estado assumiria neste sentido a posição de gerir o planejamento econômico, caminho este que possibilitaria o desenvolvimento do país.

As cidades passaram a ter uma importância fundamental nas políticas de desenvolvimento econômico e social, especialmente com a passagem do suporte rural

<sup>2</sup> Cf.: LIMA, Pedro de. Natal século XX: do urbanismo ao planejamento urbano. Natal: EDUFRN, 2001.

<sup>3</sup> Cf.: CARVALHO, Maria Alice. Quatro vezes cidade. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1994.

1

VI Simpósio Nacional de História Cultural Escritas da História: Ver - Sentir - Narrar Universidade Federal do Piauí - UFPI Teresina-PI

ISBN: 978-85-98711-10-2

das atividades econômicas para o suporte urbano. Em função disso, um conjunto de políticas citadinas passou a ocupar o centro dos debates e a fazer parte da pauta das administrações.

Com o regime militar a partir de 1964, a questão do planejamento se acentuou, agora a partir de uma ordem autoritária. Ocorreram processos como a modernização do aperelho público, centralização do processo de decisão, regionalização dos programas de desenvolvimento. Em relação aos setores urbanos, o regime promoveu uma política habitacional, a partir de instituições como o Banco Nacional de Habitação (BNH) e o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (SERFHAU).

A questão do planejamento se disseminou para as práticas políticas dos governos estaduais e municipais, dentro da retórica do Estado do Bem-estar social e, em relação à abordagem das cidades, num urbanismo racionalista.

Com a institucionalização do planejamento urbano no Brasil, a partir da inserção do SERFHAU, se implantou o Sistema Nacional de Planejamento do Desenvolvimento Local Integrado, cujas diretrizes estabeleceu um tipo próprio de planejamento a serem aplicados pelos grupos detentores do saber urbanístico, os Planos Diretores Locais.

Os Planos Diretores apresentavam uma natureza jurídica e normativa, na medida em que tomavam forma de uma lei. Essas normas disciplinavam os espaços habitáveis, impondo limitações ao direito de propriedade e ao direito de construir, e regulavam a conduta dos indivíduos quanto à utilização do solo urbano. Como um amplo instrumento, abrangia todos os problemas fundamentais da cidade, no que se refere aos transportes, saneamento, habitação e até mesmo as questões ligadas ao desenvolvimento econômico e social do município, visando orientar as ações dos agentes públicos e privados no processo de desenvolvimento municipal. Ele possuía um caráter estratégico na medida em que suas propostas, respaldadas no conhecimento da realidade municipal e no futuro desejado, deveriam necessariamente indicar os meios (instrumentos e ações) capazes de enfrentar, num determinado horizonte de tempo, os problemas identificados, e de dinamizar as suas reconhecidas potencialidades.

Assim, a partir das iniciativas locais do poder constituído, da municipalidade, os arquitetos, inseridos em espécies de empresas de consultoria, efetivavam equipes de

ISBN: 978-85-98711-10-2

planejamento em conjunto com os grupos locais, elaborando os Planos Diretores Municipais. Foi assim que se procedeu à construção do *Plano Urbanístico e de Desenvolvimento de Natal*, em 1967-68, elaborado por Jorge Wilheim, a partir do escritório Serete Engenharia S/A, assessorado por um conjunto de arquitetos locais.

A partir da década de 1960, o saber do urbanista vai se desvencilhando da concepção de atuação enquanto arte urbana, e passa a associar-se como um planejamento da urbe à longo prazo. Centra-se também, a partir da concepção do Planejamento Regional, uma vez que o planejamento municipal, da cidade em si, deveria tomar como pressupostos as diretrizes nacionais e estaduais<sup>4</sup>.

Alguns princípios são fundamentais dentro das concepções do planejamento urbanístico do período, que permeiam este tipo de prática em várias cidades brasileiras, incluindo aí a Cidade do Natal. Aí, a questão do zoneamento se insere enquanto instrumento principal para se pensar o urbano, determinando algumas áreas para se restringirem a uma função específica, que podem ser residenciais, comerciais, industriais, áreas verdes, entre outras.

Outros princípios como o sistema viário hierarquizado – que pretende promover um deslocamento racional de pessoas e bens, a partir dos diferentes modos de transporte, relacionado com as funções especificas de cada zona da cidade – e o conceito de unidade de vizinhança – em que através de um número de habitantes, previamente determinados, deveriam se situar em espaços específicos da cidade, usufruindo de equipamentos e serviços urbanos constituídos, promovendo a convivência e a integração social – formam a unidade básica das projeções urbanas<sup>5</sup>.

Os Planos Diretores eram considerados instrumentos básicos e indispensáveis para a reorganização do espaço urbano, que havia sofrido um processo de massificação, e em decorrência, irregularidades e disparidades em seu crescimento. Seriam um meio adequado de fornecer auxílios não apenas para a resolução dos problemas urbanos, mas

<sup>4</sup> Cf.: MELLO, Luiz Anhaia. Elementos para o planejamento territorial dos municípios. São Paulo: CEPEU/FAU, 1957.

<sup>5</sup> Cf.: FELDMAN, Sarah. Planejamento e Zoneamento: São Paulo, 1947-1972. São Paulo: EDUSP/FAPESP, 2005.

6

VI Simpósio Nacional de História Cultural Escritas da História: Ver - Sentir - Narrar Universidade Federal do Piauí - UFPI Teresina-PI

ISBN: 978-85-98711-10-2

também para a própria atualização dos serviços públicos. Neste sentido, pretendia dotar de um caráter moderno não apenas a cidade, mas a sua própria gestão.

Não se constituíam enquanto meros planos de obras ou de indicações de intervenção do espaço urbano a serem realizadas em curto prazo, de caráter imediato. Sua concepção baseava-se na constituição de um conjunto de diretrizes gerais, formuladas a partir da articulação das concepções urbanísticas e das características locais do município e região. Caberia a administração pública, a partir da inserção do novo modelo de gestão pública, baseado nos saberes técnicos, implementar na urbe as diretrizes estabelecidas no plano diretor.

Essas concepções que estavam em torno do pensamento sobre o urbano é que circulavam de forma hegemônica no período e foram aplicadas em diversas cidades brasileiras, como em Curitiba (1964-65), Osasco (1966). Nestas, a execução do Planejamento Urbano ficou a cargo do arquiteto Jorge Wilheim e do escritório Serete Engenharia S/A. Foi levando em conta estas experiências anteriores que a municipalidade natalense firmou contrato com estes.

A participação de empresas privadas e de profissionais fora do quadro técnico da municipalidade se fez presente devido aos baixos níveis técnicos dos profissionais das instituições públicas da Prefeitura do Natal, algo também recorrente em todo Brasil no período. Assim, com a ausência de profissionais qualificados dentro do campo do saber urbanístico junto às administrações públicas, e a crescente demanda pela elaboração dos planos, levou o SERFHAU a incentivar a participação da iniciativa privada, que prestavam assessoria nos diversos âmbitos de planejamento: urbanístico, econômico e administrativo.

Outra questão importante nestas iniciativas da administração pública no sentido de buscar parcerias com a iniciativa privada para se constituir um planejamento urbanístico, se relaciona com definições, como as das instituições de crédito financeiro, notadamente a Caixa Econômica Federal, de que para pleitear financiamentos para serviços públicos, os municípios deveriam possuir Planos Diretores. A idéia em voga

ISBN: 978-85-98711-10-2

era de que tal definição estimularia o aperfeiçoamento, traduzidas em forma de planejamento, das administrações locais<sup>6</sup>.

O arquiteto Jorge Wilheim, coordenador das atividades de confecção do Plano Urbanístico de Natal em 1967, formado pela Universidade de Mackenzie em 1952, iniciara a sua prática de planejamento urbano nos de 1950, planejando novas cidades, participando inclusive do concurso para escolha do projeto da nova capital do Brasil, a cidade planejada de Brasília. É um arquiteto de grande atuação no período, em conjunto com à Serete, elaborando planos diretores junto a equipes multidisciplinares, fomentados pela SERFHAU, e responsável pela formação de vários quadros técnicos da administração municipal no período.

Seu projeto apresentado na ocasião do concurso para Brasília era de uma cidade baseada nos interesses da população em termos de afinidades, trabalho e preocupações centrais da vida cotidiana, promovendo uma relação entre as unidades de habitação dos residentes da cidade e seus respectivos locais de trabalho, que seriam, neste sentido, descentralizados. A cidade fora planejada para quinze mil habitantes, que deveriam abrigar diversas tipologias habitacionais, como apartamentos e residências individuais. As unidades de habitação, que seriam contíguas, estariam entre as zonas de comércio e trabalho. O plano, baseado no zoneamento, era divido em zonas residencial, de comércio e trabalho, industrial, de áreas verdes, hoteleira e de expansão. Seu sistema viário era composto por vias que tangenciavam todas as unidades de habitação, as chamadas vias rápidas, e vias sem acesso a saída da cidade, de acesso aos lotes individuais, as avenidas de penetração e os demais logradouros<sup>7</sup>.

Jorge Wilheim apontava que os trabalhos efetivados no sentido do planejamento urbano das cidades na década de 1960 agiam no sentido de implementar a prática do planejamento como processo contínuo, com a formação de organismos administrativos e quadros técnicos de funcionários de atuação permanente. Assim, para ele a prática do urbanismo teria uma importância fundamental para os municípios,

<sup>6</sup> Cf.: MOTA, Juliana Costa. Planos Diretores de Goiânia de 1960: a inserção dos arquitetos Luís Saia e Jorge Wihleim no campo do planejamento urbano. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). UFSC, São Carlos, 2004.

<sup>7</sup> WILHEIM, Jorge. Brasília, ante-projeto de plano diretor. Habitat, n. 40-41, mar./ abr. 1957.

ISBN: 978-85-98711-10-2

[...] como um necessário processo contínuo, considerando nossa intervenção limitada ao seguinte escopo: diagnosticar a situação, prognosticar alternativas, propor diretrizes básicas acompanhadas de respectiva legislação e constituir um núcleo profissional local que pudesse vir a ser institucionalizado como órgão local permanente de planejamento integral. [...]<sup>8</sup>

O principal elemento da sua concepção urbanística, aplicado nas várias cidades em que atuou – inclusive no *Plano Urbanístico e de Desenvolvimento de Natal*, em 1967 – era uma proposta de desenvolvimento linear da cidade, através de um eixo de adensamento e uso misto próprio ao sistema de transporte coletivo, além de vias estruturais que constituiriam vetores de desenvolvimento e permitiriam a expansão da cidade de forma livre.

O urbanismo na compreensão de Jorge Wilheim seria uma técnica de transformação da realidade, uma estratégia desenvolvimentista, voltada para propiciar o progresso nas cidades de forma integrada, ou seja, abrangendo os diferentes setores administrativos e os diferentes níveis de governo.

Sua proposta de planejamento contemplava não apenas o setor territorial, físico da cidade, mas também suas esferas econômica, social e administrativa, o qual teria inserção em planos mais amplos dos âmbitos regionais e nacionais e por isso mesmo, composto por técnicos de diferentes áreas, cabendo a figura do arquiteto a coordenação dos trabalhos. Nestas equipes multidisciplinares, a cada profissional caberia um papel específico: o arquiteto deveria instituir as bases e conceituações do trabalho, o coordenando; o engenheiro deveria estimar o custo das obras propostas, tendo em vista a sua concretização; o sociológico se encarregaria de analisar as especificidas da vida social da cidade; e o economista observar os problemas e potencialidades econômicas da urbe, suscitando um plano de viabilidade de desenvolvimento econômico.

Era defensor da construção de uma urbanística nacional, constituída e voltada a partir da diversidade da realidade brasileira, cuja questão do subdesenvolvimento se colocava como ponto fundamental de reflexão. Neste sentido, encarava com reservas a utilização pura e simples dos teóricos e das referências do campo do urbanismo estrangeiros, que seriam inadequados no emprego do contexto brasileiro.

<sup>8</sup> WILHEIM, Jorge. Urbanismo no Subdesenvolvimento. Rio de Janeiro: Saga, 1969. p. 125.

9

VI Simpósio Nacional de História Cultural Escritas da História: Ver - Sentir - Narrar Universidade Federal do Piauí - UFPI Teresina-PI

ISBN: 978-85-98711-10-2

E apesar desse apelo urbanístico ligado a questão do estado, da administração, da economia e das técnicas multidisciplinares na intervenção da cidade, defendia um afastamento do urbanismo enquanto atividade tecnicista, e que se centrasse no cotidiano dos usuários da cidade<sup>9</sup>.

O processo metodológico de seu trabalho se inicia com os chamados estudos preliminares, um diagnóstico das características físicas e históricas da cidade, uma análise de sua morfologia e de suas tendências de ocupação. A partir daí o arquiteto seria impelido a compreender a situação em que a cidade se encontrava, já apontando hipóteses para constituição posterior do plano.

A falta de quadros técnicos qualificados fazia com que Wilheim adotasse um método de trabalho que priorizaria o pragmatismo, tomando o menor tempo possível na concretização dos trabalhos, algo que viabilizaria a inserção dos profissionais numa maior quantidade de cidades. É neste sentido que atribui às administrações locais a responsabilidade na condução das diretrizes traçadas no planejamento urbanístico, que deveriam se acostumar a ligar a condução da cidade com a prática do planejamento.

Neste sentido, os planos urbanísticos agiriam como elementos iniciadores do planejamento na gestão pública. Inclusive pela criação de grupos técnicos locais, que trabalhariam em conjunto na elaboração do plano, aos quais caberia a condução dos trabalhos de planejamento e da execução de suas diretrizes, visando à continuidade do processo de planejamento a partir da constituição de uma estrutura local permanente<sup>10</sup>. Como argumentava:

[...] não interessa o plano e sim a ação de planejar. Interessa menos o documento do que a implantação de uma capacidade de planejar. O texto sem mobilização dificilmente chegará a modificar a realidade; mas o início de um processo e instituições que motivem e dinamizem os cidadãos numa determinada direção, representam alavanca propulsora passível de obter transformações. [...] [o plano urbanístico] deverá evidenciar a preocupação do planejador em despertar forças geradoras de transformação. [...]

<sup>9</sup> WILHEIM, Jorge. A Obra Pública de Jorge Wilheim – 50 anos de contribuição as cidades e a vida urbana. São Paulo: DBA Artes Gráficas, 2003.

<sup>10</sup> WILHEIM, Jorge. Op. Cit. 1969.

<sup>11</sup> WILHEIM, Jorge. Op. Cit. 1969. p.. 105.

ISBN: 978-85-98711-10-2

A partir daí fica claro a importância que Jorge Wilheim atribuía a formação de uma postura favorável ao processo de planejamento junto às administrações públicas, bem como a construção de uma opinião pública que visse com bons olhos a inserção do planejamento urbanístico na cidade.

No discurso dos arquitetos do período, a participação destes nas esferas do planejamento e no processo de institucionalização junto à administração pública marcava a importância dos profissionais deste campo, que seriam responsáveis pelo desenvolvimento nacional, haja vista o planejamento urbano ser uma demanda social num país cujo processo de urbanização se processou desordenadamente. Tal questão fica clara quando Wilheim justificava a atuação do urbanista na cidade:

O urbanismo, como técnica de transformação da realidade, deve ter um objetivo fundamental: contribuir para a superação do subdesenvolvimento mediante uma ação específica sobre as estruturas urbanas, transformando-as e utilizando-as.[...]. Por isso, no processo de desenvolvimento de um país o urbanista tem um papel a cumprir e uma responsabilidade precisa: ajudar a formular e a impulsionar processos que conduzam as sociedades urbanas para uma *praxis* social capaz de alterar a vida urbana, transformando a cidade de 'lugar de consumo e consumo de lugar' em espaço a ser usufruído<sup>12</sup>.

Apesar de esforço racional, de pensar os problemas da cidade e planejar seu desenvolvimento, efetivamente os planos urbanísticos em grande medida não possuíam uma aplicabilidade efetiva. Havia um distanciamento entre as propostas e diretrizes neles contidas e as possibilidades de suas implementações, principalmente pelas questões de ordem econômica, no que se refere à viabilidade de financiamentos das obras sugeridas. Neste sentido, não eram instrumentos hábeis para os prefeitos porque extrapolavam a sua competência e autoridade, envolvendo problemas econômicos regionais e nacionais.

Se por um lado, a inserção de grupos multidisciplinares no momento de se diagnosticar os problemas e planejar o desenvolvimento da cidade, extrapolando, portanto, a dimensão urbanística se colocava como elemento plural, considerando a diversidade do cenário urbano, por outro, acabou por se tornar também um elemento contrário a sua viabilização efetiva, uma vez que propiciou conflitos entre propostas

ISBN: 978-85-98711-10-2

cada vez mais abrangentes em relação às estruturas administrativas cada vez mais setorizadas e especializadas.

Além disso, havia dificuldades e indefinições quanto à aprovação dos planos, uma vez que estes eram da alçada do executivo e, a partir da incorporação de um arcabouço legislativo e recomendações das mais diversas naturezas, passaram a ser também da alçada do legislativo<sup>13</sup>.

Contudo, mesmo que no todo os planos urbanísticos não encontrassem efetivação, algumas metas eram cumpridas, principalmente no que se refere às questões pontuais da intervenção urbanística. Ao promover os diagnósticos das cidades, alguns problemas eram apontados, e posteriormente atendidos pela administração municipal. Além de que, a constituição de equipes locais, das cidades alvo de planejamento, para comporem e assessorarem os escritórios de urbanismo e arquitetos contratados, frutificou na formação de corpos técnicos profissionais que passaram a formar e integrar os organismos municipais. Neste sentido, possibilitou a constituição de um estado mais forte, mais organizado, mais autônomo, elementos importante para sua legitimidade no momento de pensar e agir sobre o espaço urbano.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FELDMAN, Sarah. *Planejamento e Zoneamento*: São Paulo, 1947-1972. São Paulo: EDUSP/FAPESP, 2005.

LIMA, Pedro de. *Natal século XX*: do urbanismo ao planejamento urbano. Natal: EDUFRN, 2001.

LONH, Reinaldo Lindolfo. Limites da utopia: cidade e modernização no Brasil desenvolvimentista (Florianópolis, década de 1950). *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v.27, n. 53, p.297-322, jan.- jun., 2007.

MELLO, Luiz Anhaia. *Elementos para o planejamento territorial dos municípios*. São Paulo: CEPEU/FAU, 1957.

<sup>13</sup> Cf.: VILLAÇA, Flávio. Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil. In: DEÁK, Csaba; SCHIFFER, Sueli Ramos (org.) O processo de urbanização no Brasil. São Paulo: EdUSP, 1999. p. 169 – 243.

ISBN: 978-85-98711-10-2

MOTA, Juliana Costa. *Planos Diretores de Goiânia de 1960*: a inserção dos arquitetos Luís Saia e Jorge Wihleim no campo do planejamento urbano. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). UFSC, São Carlos, 2004.

VILLAÇA, Flávio. Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil. In: DEÁK, Csaba; SCHIFFER, Sueli Ramos (org.) *O processo de urbanização no Brasil.* São Paulo: EdUSP, 1999.

WILHEIM, Jorge. <i>A Obra Pública de Jorge Wilheim</i> – 50 anos de contribuição as cidades e a vida urbana. São Paulo: DBA Artes Gráficas, 2003.
Urbanismo no Subdesenvolvimento. Rio de Janeiro: Saga, 1969.
Brasília, ante-projeto de plano diretor. <i>Habitat</i> , n. 40-41, mar./ abr. 1957.